

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Tendências do cooperativismo agropecuário de leite no Rio grande do Sul. Algumas considerações iniciais.

José Odelso Schneider y Lucas Henrique da Luz.

Cita:

José Odelso Schneider y Lucas Henrique da Luz (2009). *Tendências do cooperativismo agropecuário de leite no Rio grande do Sul. Algumas considerações iniciais. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1386>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Tendências do cooperativismo agropecuário de leite no Rio grande do Sul

Algumas considerações iniciais

José Odelso Schneider

*Doutorado em Ciências Sociais
Professor no Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais (Mestrado e Doutorado) da Unisinos.
Professor visitante na Facoltà di Scienze Sociali da
Pontifica Università Gregoriana.
Coordenador do CESCOOP.
odelso@hotmail.com
odelso@unisinos.br*

Lucas Henrique da Luz

*Mestrado em Ciências Sociais
Professor na Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNISINOS
Coordenador do setor cooperativismo na UNISINOS
lhl@lottinet.com.br
lhluz@unisinos.br*

1.1. Introdução

O presente texto traz algumas percepções iniciais a respeito do cooperativismo de leite no Rio Grande do Sul, que está, obviamente, inserido no mercado mundial e local em termos de concorrência e oportunidades. As referidas considerações são feitas a partir de entrevistas com cooperativas gaúchas deste setor e do material reunido no livro “O Futuro

do Cooperativismo de Leite”, escrito pela Embrapa, em parceria com as cooperativas e seus órgãos de representação, no ano de 2004.

Num primeiro olhar, talvez menos atento, o cenário do leite em termos mundiais, de Brasil e também no Rio Grande do Sul, parece apresentar aspectos extremamente positivos. O aumento da demanda é percebido fortemente, principalmente a partir do aumento do consumo nos países emergentes, como China e Índia, que mudam seus hábitos alimentares, graças inclusive a uma melhora do poder aquisitivo das suas populações e da abertura destes mercados para o mundo. Demanda esta que está em crescimento e que ainda possui enorme lastro para crescer ainda mais

Ao mesmo tempo em que há o relatado crescimento da demanda, alguns países com histórico de grandes produções de leite, como os países da Europa, por exemplo, apresentam limitada capacidade produtiva. Limitação esta que está ligada principalmente à extensão das áreas de terra, ou seja, a falta de áreas para a criação do gado leiteiro e para gerar alimentos para ele, exigindo então um tipo de produção confinado, que aumenta o custo desta produção ou mesmo, não permitindo a ampliação da produção de leite nestes países. Sabe-se que as características da produção de leite na Europa fazem com que esta produção somente seja possível a partir dos incentivos fiscais adotados pelos governos dos diferentes países da União Européia para seus produtores.

Os próprios países emergentes que vem aumentando sua produção de leite, como a China e a própria Índia, não possuem grande experiência e capacidade de gerar produção para suprir o crescimento da sua própria demanda. Assim, o mercado externo apresenta-se como uma enorme possibilidade de comercialização do leite e dos seus derivados. Da mesma forma o mercado interno brasileiro também apresenta crescimento de demanda, mesmo que mais tímido.

Desta forma o Brasil, pelas suas características geográficas, com diversidade climática e uma área de terras considerável de grandes extensões, apresenta características importantes para poder aproveitar o cenário anteriormente descrito. Mais do que isso, além

destas características que podem ser definidas como físicas, materiais, o Brasil , como também a Argentina, são países que apresentam tradição na produção de leite. No Brasil apresentam as melhores condições os Estados de Minas Gerais, Goiás, Paraná, e principalmente Rio Grande do Sul, e Santa Catarina. Encontra-se produção de leite em praticamente todas as regiões do país. Se forem observados os estados citados, perceber-se-á que MG tem apresentado a maior produção, seguida pelo Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás. que se revezam na segunda posição.

Mas neste cenário interno também há uma vantagem para a região Sul do país e, principalmente para o RS, que é a questão da concorrência da produção de leite com a produção da cana mecanizada. Ambas as produções disputam hoje a terra e, para grandes produtores, o investimento na produção de cana mecanizada tem mostrado um retorno bom e em prazo relativamente curto.

Sendo assim, o Rio Grande do Sul torna-se um cenário muito apropriado para a produção de leite, uma vez que apresenta esta produção baseada de forma predominante em pequenas e médias propriedades. Propriedades estas que não estão aptas, seja em função de espaço territorial, seja em função de condições climáticas ou ainda de capacidade de investimento, a fazerem investimentos na produção mecanizada de cana de açúcar. Ou seja, diferente do que ocorre em MG, no PR, GO, na região Nordeste e em outros espaços do país, no RS o leite não enfrenta a concorrência direta com a produção da cana. O mesmo ocorre em SC, porém em termos de espaços produtivos, o RS apresenta área muito maior que o vizinho estado catarinense.

Porém, este cenário descrito que aparenta ser extremamente positivo, revela consigo algumas ameaças que devem ser consideradas, principalmente no que tange à realidade gaúcha. Os altos investimentos feitos nos últimos anos e meses na área de industrialização do leite no RS mostram como as empresas estão identificando este cenário positivo. Não é a toa ou por estratégias incorretas que grandes empresas têm realizado investimentos para montar ou ampliar capacidade de industrialização de leite no RS. Empresas como Nestlé, Perdigão, Bom Gosto, Parmalat e assim por diante. Estes

investimentos, pelos indicativos de mercado que existem, devem continuar por mais algum tempo ainda.

E é neste cenário de aumento da demanda e dos investimentos que reside algumas ameaças às cooperativas de leite, que precisam ser identificadas e por elas pensadas, de forma a minimizá-las, a eliminá-las e, porque não, a transformá-las em oportunidades quando possível, em prol de mais integração entre as cooperativas do setor lácteo, criando e fortalecendo formas de mais estreita interação entre elas.

O que ocorre é que se pode problematizar o cenário trazido, ao perceber que as empresas que estão investindo no RS, estão fazendo investimentos em parques industriais para o beneficiamento do leite e não estão investindo, em proporções consideráveis ao menos, na produção do leite em si, no produtor rural, no aumento do número de litros de leite produzidos por dia no estado. Para se ter uma idéia desta questão, o RS produz atualmente cerca de 7 milhões de litros de leite ao dia e assim que as unidades produtivas das empresas citadas passarem a operar com sua capacidade, mesmo ainda não plena, deverão ser exigidos aproximadamente mais 4 a 4,5 milhões de litros de leite por dia. Percebe-se que é impossível tamanho incremento na produção de leite do Estado e o que deverá ocorrer é uma disputa pelo leite já produzido, aumentando a concorrência entre empresas e cooperativas.

Fato este que, num primeiro momento, pode parecer muito positivo aos produtores, mas que pode levar a uma completa desregulamentação deste mercado, a um desequilíbrio, onde algumas empresas e/ou cooperativas podem acabar superando a capacidade de pagamento de outras, mesmo que momentaneamente, levando suas concorrentes a encerrar ou diminuir de forma expressiva suas atividades, inviabilizando estes outros empreendimentos e, num momento seguinte, o mercado pode se tornar refém de poucas e grandes empresas monopolistas. Com toda a certeza esta previsão é muito difícil de ser feita com precisão, mas ela mostra o tamanho das ameaças que esperam as cooperativas de leite do RS, principalmente.

1.2. Aspectos dos diversos desafios.

Estas diversas ameaças trazidas por este novo cenário da produção e consumos do leite no mundo, podem ser sistematizadas em alguns aspectos como:

a) O RS está tendo e terá ainda um importante e vultuoso aumento da capacidade de industrialização de leite, na medida em que boa parte do leite resfriado que segue para ser industrializado em São Paulo, possa ser industrializado aqui, mas não terá o mesmo incremento na produção de leite, o que gerará uma concorrência ainda mais acirrada pelo leite produzido no Estado. Esta concentração deverá ser maior ainda a medida que a cana de açúcar se espalha pelo país e joga outras produções como o leite para outros estados, no caso o RS.

b) A concentração da produção do leite local, ou seja, há tendência da produção de leite do Estado migrar ou pelo menos estender-se prioritariamente para uma região principal, que é a região norte e proximidades, onde o leite pode ser produzido de forma mais extensiva, resultando em menores custos de produção, o que pode acarretar dificuldades para a atividade de produção de leite em bacias leiteiras tradicionais do estado, como a Serra, o Vale do Taquari, o Vale do Rio Cai, a Região das Hortênsias, dentre outros. Estas são Regiões, onde as cooperativas de leite e a produção leiteira em si apresentaram e ainda apresentam importante função econômica e social, com diretos reflexos positivos no desenvolvimento local e sustentável.

c) As empresas que estão fazendo os citados investimentos apresentam alta capacidade de investimentos, embasadas em capitais próprios, capital dos seus acionistas e, até mesmo, capitais de fundos de investimentos, e igualmente, com o acesso a recursos ou subsídios oficiais. Além disso, os incentivos fiscais para novos investimentos no Estado prejudicam as cooperativas que já se encontram no Rio Grande do Sul, que geraram a capacidade de produção de leite investindo nos produtores associados e que agora, para

aumentarem sua capacidade de industrialização, não recebem o mesmo incentivo que recebem as empresas, que ora estão se instalando aqui.

d) Outra ameaça ocorre, uma vez que as cooperativas e suas entidades de representação parecem identificar, ao menos em parte, o atual cenário do leite no país, no mundo e no Estado, com suas possibilidades e ameaças, porém não existem muitas ações efetivas das cooperativas, principalmente de forma integrada, para fazer frente a esta concorrência, a estes investimentos.

e) Nem todas as cooperativas puderam e podem garantir a fidelização dos seus associados, ou seja, nem todas apresentam condições de oferecer as mesmas vantagens econômicas que talvez estas empresas possam fazer, de forma que talvez as vantagens de assistência técnica continuada e diversificada ao longo do ano, que é própria das cooperativas, de educação e identidade cooperativa e, ainda a confiança na cooperativa, não sejam suficientes para fidelizar os associados.

f) Há ainda o risco de grande empresas oferecerem e até mesmo induzirem a produção e venda casada de diferentes produtos das propriedades dos produtores rurais, ou seja, comprarem de forma integrada e conjunta a produção de leite, de frango, de suínos e assim por diante, incentivando e/ou forçando então o produtor a vender o leite para determinada organização, para que possa vender também outros produtos.

1.3. Possibilidades de cenários

Além das ameaças acima identificadas e brevemente descritas, com certeza outras poderiam ser trazidas. Porém o importante é que se perceba que o cenário atual do leite no mundo revela ao RS uma condição de cenário que não é nem positiva nem negativa às cooperativas *a priori*. Pode ser tanto um como outro, pois vai depender da forma como estas cooperativas vão e/ou estão reagindo. Ou seja, há a necessidade urgente das cooperativas de leite e suas entidades de representação pensarem de forma integrada a realidade atual, e efetivarem ações igualmente integradas, de forma que o cooperativismo

agropecuário de leite possa continuar com seu importante papel econômico e social que apresentou e apresenta no Estado e no País.

Neste sentido, talvez seja importante atentar para as experiências das cooperativas de outros países, não no sentido de copiá-las, mas sim de entendê-las e poder tirar algumas diretrizes e ensinamentos. O livro “O Futuro do Cooperativismo de Leite” da Embrapa, ao analisar estas diferentes experiências, traz algumas questões que são importantes diante do cenário que foi descrito, diante do cenário atual. Primeiro, mostra a necessidade de as cooperativas de leite do país se conhecerem melhor, ou seja, possuírem um banco de dados com informações confiáveis e atualizadas, que possa embasar a estruturação, planejamento e efetivação de ações coletivas. Não há como pensar ações coletivas se as cooperativas não se conhecem e reconhecem. Neste sentido ainda, para integrar ações as cooperativas precisam sim manter as identidades que caracterizam cada uma delas, mas deixar de lado e superar certas vaidades que por vezes geram disputas de poder e o afastamento destas instituições.

Mostra ainda que as cooperativas precisam repensar seus processos de governança, buscando fazer isso sem perder seus princípios essenciais, de forma a equilibrar a dimensão de sociedade de pessoas com a dimensão empresarial. Levando em conta esta dupla dimensão, precisam repensar sua governança visando ganhos em capacidade de investimentos, em flexibilidade, em capitalização, agilidade e capacidade de inovação, dentre outros. Características estas que são fortes na concorrência que chega ao Estado. Então, as cooperativas precisam aprimorar estas características e manter sua essência, de forma a apresentar diferenciais positivos em relação às empresas que aqui estão e estarão atuando.

Talvez, para que consigam atingir esta questão precisarão, fundamentalmente, repensar a governança no sentido de atuar mais conjuntamente, de praticar efetiva intercooperação. Precisarão pensar arranjos produtivos integrados a partir da atuação conjunta das cooperativas e ter a disposição política para fazê-lo. Em outros países os processos de integração, fusão e incorporação foram muito importantes.

A referida integração também é importante na dimensão política, seja em relação a buscar regulamentações e políticas públicas que possam beneficiar o produtor de leite associado a cooperativas, bem como no sentido de mostrar que os incentivos fiscais proporcionados às grandes empresas, precisam ser feitos em relação as cooperativas, devido à sua maior conotação social e distributiva, que estão ampliando sua atuação, seus investimentos, de forma a não caracterizar uma concorrência desleal.

Outro item que pode resultar de uma atividade conjunta das cooperativas é o ganho de competitividade das mesmas, a partir de um *mix* de produtos mais amplo. *Mix* este capaz de ser produzido em escala e atender às necessidades e oportunidades tanto do mercado externo como do mercado interno, capaz de gerar ganhos em escala e também a partir de mercados consumidores menores, que apreciam produtos de alto valor agregado. Somente de forma mais integrada do que agora, as cooperativas poderão rever arranjos produtivos, aproveitando aquilo que cada uma tem de melhor e gerando produtos que aproveitem as potencialidades do mercado local e global. Para isso cada cooperativa mantém sua identidade, inclusive sua identidade e especificidade produtiva, mas precisa identificar a parceria no arranjo produtivo, na cadeia produtiva a partir de outras cooperativas, quiçá formando sociedades únicas, com estruturas mais enxutas.

O poder de investimento das cooperativas, de forma integrada também será ampliado, o que é fundamental para que se possam repensar processos produtivos desde o produtor até a comercialização do leite, bem como gerar a capacidade da inovação, de pesquisar e lançar novos produtos, adequados à realidade do mercado. (EXEMPLOS)

Por fim, as cooperativas precisam pensar mais do que nunca as suas estratégias de fidelização dos seus associados, pensando se as ações que são realizadas até então, baseadas, por exemplo, na assistência técnica e na consolidação, diversificação e expansão do setor de consumo e de insumos na cooperativa, são suficientes para a garantia da fidelidade dos seus associados. Outras cooperativas pelo mundo, bem como cooperativas agropecuárias do Brasil, de produção de uva e vinho, por exemplo, adotam disposições

estatutárias e/ou contratos que buscam formalizar a fidelização do associado que é admitido na cooperativa.

Desta forma, acredita-se que as cooperativas poderão superar alguns dos entraves destacados já pela Embrapa no livro referido ao longo do presente texto, tais como a falta de economia de escala, a falta de ações coletivas, a falta de foco no mercado internacional, a pouca capacidade de investimentos por parte das cooperativas, dentre outros. Aspectos estes que se tornam ainda mais importantes no cenário atual que se procurou mostrar. Se as cooperativas conseguirem superar tais aspectos, por meio da ação integrada, com certeza estarão mais preparadas para o contexto de extrema concorrência que está desenhado e que revela oportunidades “revestidas” de ameaças.

II - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE ASPECTOS RELEVANTES DO ESTUDO SOBRE AS COOPERATIVAS LÁCTEAS NO RIO GRANDE DO SUL.

1. **Mercado de acirrada concorrência:** Face a um mercado com uma concorrência cada vez mais acirrada na área do leite, algumas das entrevistas manifestam a necessidade de encontrar urgentemente formas efetivas de integração, entre as quais, possivelmente, a formação de redes de cooperação entre as cooperativas. É bom recordar que o princípio e o processo de integração pode dar-se segundo três modalidades: a) No respeito à autonomia e à identidade de cada cooperativa, se introduzem modalidades de interação/cooperação em uma ou mais atividades e setores, entre cooperativas singulares, ou destas com uma Central ou Federação. É a forma mais comum. b) A fusão, mediante a qual duas ou mais cooperativas se fundem numa só, onde geralmente a mais forte e consolidada, preserva sua identidade e denominação, após a fusão. c) A incorporação, mediante a qual duas ou mais cooperativas se integram,

criando uma nova entidade cooperativa, mais forte e abrangente após a incorporação.

2. **A fidelização dos associados e das cooperativas:** Assegurar mais a fidelização mediante estímulos de preços ou de qualidade e diversificação da assistência técnica e dos demais serviços (de consumo, de insumos) de associados, quanto de cooperativas produtoras de leite desprovidas de parque industrial de beneficiamento do leite, motivando-as, a operarem prioritariamente com uma cooperativa, do que com a concorrência na entrega da produção. Os concorrentes das cooperativas seguramente tem grandes vantagens em adquirir a matéria prima das cooperativas, pois podem assim explorar a grande capilaridade social das mesmas, que enquanto cooperativas estão presentes em todas as vilas e povoados ou residências do interior rural.

3. **A instabilidade do cenário do leite no mundo:** “O leite vem num momento de instabilidade, porque hoje tornou-se moda criar muitos substitutivos do leite. Por exemplo, se você vai pegar uma criança de hoje e lhe oferece leite para levar como parte da merenda para a escola, isso é brega, é cafona. Tem que começar-se a pensar na criação de derivados do leite para substituir o refrigerante.” Portanto, interessa buscar mais diversificação e inovação na questão dos derivados do leite, visando especialmente o aumento do consumo junto às faixas infantis e mais jovens da população, cada vez mais tendentes a substituir o leite pelos diversos refrigerantes. (o efeito da “mcdonaldização” no sistema alimentar das gerações mais novas...).

4. **A relevância da Assistência Técnica:** Foram constatados bons processos de Assistência Técnica em uma ou outra das cooperativas. São os técnicos e seus serviços de extensionismo rural, que tem um contato mais freqüente, informal e até familiar com os associados e suas famílias.

Algumas até mantêm um plantonismo de Pronto Socorro Técnico, durante as 24 horas do dia. Este serviço é indubitavelmente o grande diferencial das cooperativas em relação às empresas da concorrência, que jamais investem tanto em tempo, pessoas e recursos na AT, quanto as cooperativas. As cooperativas se preocupam e investem na crescente qualificação do seu associado como produtor ou prestador de serviços e com isso não apenas assegura a continuidade na inclusão social, mas também numa inclusão social qualitativa de seus associados.

5. **A necessidade de combinar a Cultura Técnica com a Cultura Cooperativista na Assistência Técnica:** Considerando o intenso, freqüente e prestativo contato dos técnicos do extensionismo rural (ou urbano) com os associados, é fundamental, é relevante que tais extensionistas, tenham uma boa cultura cooperativa, visando tê-la presente nos seus contatos com os associados. Com bastante freqüência é o extensionista a pessoa que mais efetivamente marca a presença da cooperativa junto às bases associativas. Portanto, com freqüência, ninguém melhor do que ele para difundir uma boa imagem da cooperativa, de suas vantagens, de sua especificidade e do seu diferencial no mercado....Ora, se aceitarmos esta consideração, não se pode conceber a **“terceirização”** de um serviço tão relevante para as cooperativas. Um técnico ou funcionário “terceirizado” vai e cumpre a função para a qual foi destinado, e se limita a isso, não se preocupando ou informando sobre os objetivos, as metas, as exigências de qualidade, as finalidades sócio-econômicas, a filosofia, a identidade da organização para a qual realiza o serviço. Neste sentido, poderá ser mais um “mercenário”, que se limita a fazer estrita e exclusivamente o que lhe foi incumbido fazer, do que alguém que veste e transpira a camiseta da organização para a qual trabalha.

6. **Que possibilidades de interação com o cooperativismo lácteo do MERCOSUL:** Face às crescentes interações com as economias dos países do MERCOSUL, no que tange ao leite, quais formas de interação ou até de integração seriam possíveis, com a SANCOR e seu grande e complexo parque industrial, agora ao que parece, associada ao complexo cooperativo nacional, o FONTERRA da Nova Zelândia, com a CONAPROLE, e outras centrais cooperativas do leite do Mercosul? Podemos manter-nos de costas voltadas contra estas centrais, tão próximas de nós, em termos de filosofia, doutrina e peculiaridade administrativa? E podemos deixar que empresas da concorrência se articulem e formem processos de integração e formação de redes com nossas congêneres? Que possíveis estratégias de interação com elas a curto e a médio prazo?
7. **Que mudanças no mercado lácteo do RS, com a vinda da NESTLÉ:** Cabe a relevante pergunta. Que aspectos mudaram no mercado lácteo do RS com a vinda da Nestlé e sua consolidação em Palmeira das Missões? Como as cooperativas se posicionaram ou não, face aos incentivos fiscais dados pelo Governo Estadual (Rigotto e seguintes), para motivar a vinda da Nestlé ao Estado. Por exemplo, reduzindo o ICMS sobre o café solúvel e o leite condensado produzido pela NESTLÉ. E mais, como as cooperativas vêem a Aliança entre a Nestlé e a FONTERRA, o complexo cooperativo neozelandez, criando a empresa DPA. Nesta empresa, a NESTLÉ entra com o know how na produção de derivados do setor lácteo, agregando valor ao leite, e a FONTERRA, entra com sua grande capacidade e experiência comercial no plano internacional. Pensando em termos de política e interesses cooperativos, não seria mais lógico a FONTERRA formar Alianças, Parcerias, com o setor lácteo cooperativado do País e do Estado?

8. **A relevância da participação das cooperativas no setor lácteo do RS:**

Sem a efetiva participação das cooperativas, a cadeia do leite tende a ficar incompleta no RS. O panorama hoje desenhado pode levar as cooperativas a fortalecerem as empresas que são suas concorrentes. Este é um aspecto causado pela realidade do mercado e pela atuação do poder público, que precisa ser analisado e pensado. Este fator, esta realidade criada e anteriormente descrita, pode levar a um prejuízo da cadeia do leite no Rio Grande do Sul. Inclusive, a cadeia do leite pode vir a ficar incompleta no RS. O estado corre o risco de apenas fornecer o leite “in natura” e o seu processamento ocorrer fora de suas fronteiras: “Pior: Esta fábrica que a Nestlé inaugurou recentemente em Palmeira das Missões nada mais é do que um entreposto que vai comprar o leite do colono do Rio Grande do Sul e vai se apropriar de uma bacia leiteira já existente. Vai concentrar este leite para ser industrializado em São Paulo, onde estão suas fábricas, ou seja, a exemplo de uma jazida de pedras preciosas, eu pego a pedra bruta e mando lapidar em São Paulo, eu agrego valores, eu agrego renda, eu agrego emprego, tudo em São Paulo, não aqui. Porque isso está acontecendo? Porque São Paulo e em Minas Gerais? Porque lá estão localizadas a maior parte das plantas industriais de lácteos....Mas, **São Paulo e Minas já não tem mais leite, porque a cana de açúcar está tomando o espaço da pastagem...** É mais uma empresa que vem para cá para pegar o leite e industrializar em São Paulo, porque o governo do Estado de São Paulo desde janeiro de 2008, sobretaxou o leite industrializado, vindo de outros Estados da federação. Então o Rio Grande do Sul se especializou-se em mandar leite longa vida para o Estado de São Paulo. Em torno de 60% da produção do Rio Grande ia para São Paulo. O que São Paulo fez? Criou alíquota zero para o leite industrializado em São Paulo, que vem de fora com 18% de ICMS. O que está acontecendo neste momento, é que nós estamos nos afogando no leite e é tudo o que quer a Nestlé, e a Italc, outra concorrente na área do leite: investem aqui para levar o leite “in natura” para São Paulo.

9. **O O RS como cenário apropriado para a produção de leite:** O RS se constitui num cenário apropriado para a produção do leite, já que apresenta esta produção baseada em pequenas e médias propriedades. Propriedades estas que não estão aptas, seja em função de espaço territorial, seja em função de condições climáticas ou ainda de capacidade de investimento, a fazerem investimentos na produção mecanizada de cana de açúcar. Ou seja, diferente do que ocorre em MG, GO, na região Nordeste e e mais recentemente no Paraná e em outros espaços do país. No RS e em SC, em termos de espaços, o leite não enfrenta a concorrência direta com a produção da cana.

10. **A importância social da produção do leite:** A relevância social da produção do leite é clara entre os dirigentes. Sobretudo se a organização desta produção for através de cooperativas. Para os dirigentes, o leite de certa maneira é considerado uma aposentadoria para os pequenos produtores. Do ponto de vista econômico, a renda aportada pela produção do leite na pequena propriedade é um complemento orçamentário. As pequenas propriedades, devido à sua diversificação mantêm constante a renda das famílias. Do ponto de vista social, a manutenção do agricultor no campo é uma das principais contribuições da produção do leite para com a comunidade.

11. **Impactos econômicos e sociais das cooperativas do setor lácteo:**

11.1. Opinião do Presidente da OCB sobre o cooperativismo lácteo: Segundo Marcio Lopes de Freitas, presidente da OCB, “A história das cooperativas de leite e do movimento cooperativista brasileiro se confundem, devido à forte união que o leite tem com a estrutura cooperativista. Isso se justifica pela necessidade de reunir a produção originária nas diferentes propriedades em torno de uma planta industrial, visando à aquisição de leite *in natura* e a fabricação de produtos lácteos.”

E continuando declara: “Como conseqüência, o leite não somente interiorizou os pressupostos do cooperativismo em praticamente todo o território nacional, como foi e ainda è responsável pela interiorização do processo industrial. É rotina encontrar-se municípios em que a principal fonte de renda deriva do processamento industrial lácteo. Ao longo de décadas, portanto, o leite e cooperativismo construíram uma sòlida condição de inclusão social, por meio de geração de emprego e renda, bem como pela arrecadação de tributos.” (MARTINS, Paulo do Carmo (et al. Edit.)“O futuro do cooperativismo de leite”. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2004, 112 p. Apresentação...).

11.2. As cooperativas e seu potencial de capilaridade social e de inclusão social qualitativa: As cooperativas de leite, apresentam um grande potencial de capilaridade social, estendendo sua benéfica relação até os mais remotos rincões do interior rural. Quando a cooperativa è munida de uma boa estrutura e de eficientes e permanentes processos de Assistência Técnica junto ao produtor rural, acrescidos de uma boa rede de serviços de consumo e de insumos, torna-se uma das melhores instâncias de inclusão social qualitativa. Não somente quer manter a inclusão social do associado, mas busca geralmente investir na sua crescente qualificação profissional como produtor ou prestador de serviços, melhorando sua produção e produtividade. Permite além disso uma renda mensal garantida e constante.

11.3. Cooperativas e assentamentos de reforma agrária: Em regiões onde há assentamentos de reforma agrária, tem-se verificado que sua interação com as cooperativas lácteas da região, tem sido uma relevante forma de modernização e qualificação do produtor assentado, contribuindo para sua melhoria no padrão de produção, na renda e de padrão de vida. Tanto a eles, como aos demais produtores lácteos em geral, as cooperativas tem se tornado uma garantia de uma renda mensal e segura. Com a renda obtida com o leite, o produtor associado realiza em geral com vantagens suas transações de compra e venda junto à sua cooperativa, e sob a forma consorciada.

11.4. As Cooperativas de leite como fortes indutoras de desenvolvimento local: . As cooperativas de leite contribuem para o desenvolvimento qualitativo da produção, mas

também do próprio produtor associado a elas, uma vez que impulsionam a aquisição de animais geneticamente capazes de gerar bons resultados, proporcionam a ampliação do rebanho de pequenos produtores, investem em assistência técnica, dentre outros fatores. Inclusive o cooperativismo induz o desenvolvimento de regiões menos favorecidas do estado, como por exemplo, a região sul do RS. Portanto, as cooperativas lácteas, junto com as cooperativas de produtores rurais da produção familiar, tem se tornado importantes meios de promoção do desenvolvimento local e sustentável. A quase totalidade dos associados tem suas raízes firmemente plantadas no local, pois é lá que ocorrem e se realizam as principais fases de sua existência individual e familiar. Ora, quando melhora sua renda e participa democrática e equitativamente pelo menos de boa parte do excedente gerado, ele tende a reinvestir sua renda na própria localidade em melhorias de consumo ou de produção, em novos investimentos, etc. Acresce a isso o fato que o associado deve ter presente o recente e sétimo princípio da “preocupação com a comunidade”, mas numa perspectiva de preservação de um “desenvolvimento sustentável”, que demanda um respeito pelo equilíbrio do meio ambiente, produzindo alimentos saudáveis, processos de produção não poluidores, etc.

11.5. As Cooperativas e a produção do “leite verde”: Em continuidade à perspectiva anterior há hoje a tendência do próprio mercado consumidor mais sofisticado, de fomentar a produção do “leite verde”, não trabalhando com gado confinado, com os dejetos jogados indiscriminadamente no ambiente, mas apelando mais a formas mais naturais de alimentação do gado, priorizando uma variedade de pastagens e relativizando mais os alimentos artificiais (farelos e tortas de soja, farinha de ossos, etc.).

Bibliografia

- AMATO NETO, J. **Redes de cooperação produtiva e Clusters Regionais. Oportunidades para as MPEs.** São Paulo: Atlas, 2000.
- BARQUERO, A.V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.** Porto Alegre: UFRGS/FEE, 2002
- LAUSCHNER, Roque. **Agribusiness cooperativa e produtor rural.** – 2ª. Edição - São Leopoldo: Unisinos,, 1995, 293 p.
- MARTINS, Paulo do Carmo (et al. Edit.)“O futuro do cooperativismo de leite”. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2004, 112 p.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais.** 2ª. Edição. São Paulo: Loyola, 1993 e 1996.
- SCHNEIDER, José Odelso e KONZEN, Otto Guilherme. 100 anos de cooperativismo no Rio Grande do Sul – 100 anos de experiência solidária. In: **Perspectiva econômica**, V. 36, nº 116, 2001.
- SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa.** – 2ª. Edição - São Leopoldo: UNISINOS, 1999 (2003 reimpressão).
- SCHNEIDER, José Odelso. O panorama mundial, nacional e estadual do cooperativismo. In: **Perspectiva econômica**, ano XVIII, V. 12, nº. 38, 1982
- VILLWOCK, Luis de Mello, SCHNEIDER, José O., MARTI, Juan P. e RADAEL, Melissa. “Os desafios da intercooperação em um Mercado Comum em formação. Um estudo preliminar de Centrais Agropecuárias no Rio Grande do Sul e no Uruguai”. In: **Anais** do I Encontro Sul-Americano de Pesquisadores em Cooperativismo – América do Sul e os desafios da intercooperação. Recife, Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE/PAPE, 24 a 26 de abril de 2006.
- ZALESKI NETO, J. **Formação e desenvolvimento de redes flexíveis no contexto do progresso regional.** Florianópolis: UFSC/PPGEP, 2000. (tese de doutoramento).

- ZYLBERSTAJN, D. & NEVES, M.F. (org.) **Economia & gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Thomson Pioneira/PENSA, 2000.